

Acerca da fronteira semântica/pragmática

Pedro Santos
FCHS-Universidade do Algarve

1. Uma arrumação conceptual confortável

Segundo uma concepção que se pode classificar como tradicional, a semântica e a pragmática distinguem-se claramente, enquanto disciplinas que visam objectivos diferentes e versam aspectos diferentes do significado das línguas naturais. Segundo a arrumação conceptual inspirada por essa concepção, a semântica versaria essencialmente as componentes do significado linguístico relacionadas com a computação das proposições literalmente expressas pelas frases ou, mais rigorosamente, por elocuições específicas dessas frases¹. A pragmática, por outro lado, versaria os aspectos do significado linguístico que, de algum modo, se referem a componentes derivadas ou implícitas da linguagem, apreensíveis tipicamente apenas em presença de informação específica sobre o contexto comunicativo em que uma dada frase ou discurso é proferido – e, em particular, em presença de informação sobre as intenções comunicativas do locutor (ou, se adaptarmos o conceito à escrita, ao «escritor»). A utilização da noção de *contexto* de asserção tem de ser usada com alguma cautela, é claro, visto que se pretende que no território da semântica estejam todas as componentes vericondicionais da linguagem, e portanto também aquelas relativas aos referentes, por definição contextualmente determinados, dos deícticos.

Concomitante ao estabelecimento desta fronteira, está a invocação do conceito, introduzido por H. P. Grice, de implicatura conversacional. Uma implicatura conversacional é uma inferência efectuada por uma audiência em face de uma elocução produzida por um locutor, numa situação comunicativa concreta, e cujo *input* básico é constituído pelo conteúdo literal, semântico, da frase ou frases proferidas, e dos aspectos do contexto de elocução que se apresentarem como relevantes para descodificar completamente as intenções comunicativas do referido locutor. Essas componentes contextuais podem diferir consideravelmente do conteúdo literal da referida elocução e até mesmo contradizê-lo, como no caso da ironia. A tradição teórica iniciada por Grice recomenda a adopção da ideia de que as implicaturas conversacionais são o exemplo típico do que é um mecanismo de interpretação pragmática. Trata-se de mecanismos constituídos por *processos inferenciais* desencadeados pelos significados proposicionais literais das frases proferidas. No caso concreto das implicaturas conversacionais essas

¹ Esta ressalva tem de ser feita devido, evidentemente, à existência de deícticos.

inferências (ou, na terminologia sugestiva de Grice, «cálculos») recorrem a informação específica sobre a situação de elocução e à invocação das máximas conversacionais, gerando significados proposicionais derivados ou secundários, que extravasam das condições de verdade literais da frase proferida. Segundo a concepção tradicional do que seja um processo interpretativo de carácter pragmático, adoptada aliás pela grande maioria dos semanticistas e filósofos da linguagem, não faria sentido que fosse de outra forma. Por definição, o conteúdo proposicional literalmente expresso aquando da elocução de uma frase (tipicamente, mas não necessariamente) declarativa jamais pode ser gerado por meio de mecanismos como o acabado de descrever; é, pelo contrário, o resultado da acção de regras semânticas onde a composicionalidade desempenha um papel decisivo, embora, no caso dos deícticos, seja necessário integrar informação específica sobre o contexto de elocução. Nessa concepção, todo o conteúdo semântico advém do conteúdo literal, a-contextual, das expressões, sintacticamente simples ou complexas, acrescido da determinação do valor referencial de expressões deícticas (se ocorrerem), como pronomes e formas verbais.

2. As intuições «contextualistas»

Recentemente, porém, alguma literatura tem chamado a atenção para um problema com que se depara esta concepção tradicional dos papéis relativos da semântica e da pragmática na análise do significado linguístico. Autores como Carston e Recanati, por exemplo², têm feito notar que em pelos menos alguns casos a determinação das condições de verdade literais de frases contendo alguns tipos de expressões – tipicamente, os deícticos³ reconhecidos pela literatura, mas crucialmente também alguns outros tipos de expressão, cuja «deícticidade» não é completamente consensual – apela, crucialmente, para mecanismos de carácter pragmático. Desta ideia resulta uma concepção bastante generosa acerca da intervenção de factores contextuais e, em particular, pragmáticos na computação do significado linguístico – normalmente associada ao que se designa por «contextualismo» em filosofia da linguagem.

Tem-se argumentado, por exemplo, que demonstrativos como «este» (no uso pronominal ou não) ou mesmo pronomes pessoais como «ele» (no uso não anafórico) apenas podem, em cada contexto de elocução específico, ver o seu referente determinado se o locutor tornar acessível à audiência aquilo que se poderia designar como as suas «intenções referenciais». Vejam-se casos como (1)-(3):

(1) **Aquela estudante desistiu do curso.**

² Ver, por exemplo, obras emblemáticas como Carston (2002) e Recanati (2004).

³ Na tradição terminológica da filosofia da linguagem anglo-saxónica, o termo «indexicality» é prevalentemente usado para designar o fenómeno da sistemática dependência do contexto do significado referencial de certas expressões linguísticas, sendo o termo «deixis» usado, de modo mais limitado, para designar os casos de «indexicals» que estão associados, desde o trabalho pioneiro de Kaplan, à ideia de uma «demonstração» (ostensiva ou não) do referente que se pretende associar a uma dada expressão (e.g. um demonstrativo). Neste texto, adoptarei a convenção, mais frequente em Portugal, de usar «deixis» como termo equivalente, em extensão, ao inglês «indexicality».

(2) Isto é verde.

(3) Ele já devia cá estar.

Segundo uma concepção relativamente consensual, que os próprios herdeiros da tradição griceana adoptam, um processo inferencial de determinação de significado que apele para a detecção daquilo a que o próprio Grice tornou conhecido como o «speaker's meaning», ou significado do locutor, é só por isso pragmático. Se usarmos o termo «pragmático» deste modo, então é inevitável a conclusão: em casos como os ilustrados em (1)-(3), estamos perante processos de determinação de referentes – e, logo, de conteúdos proposicionais literais – que dependem crucialmente das intenções comunicativas dos locutores e, portanto, que apelam crucialmente para a intervenção de mecanismos pragmáticos no processo interpretativo dos alocutários. Claramente, em (1) é informação contextual acerca da estudante específica a que o locutor pode estar a pretender referir-se por meio do determinante demonstrativo que determina a sua intenção referencial, e assim a proposição literalmente expressa pela frase, nessa ocasião de elocução. O mesmo tipo de mecanismo da atribuição de referentes intervém em (2) no que diz respeito ao pronome demonstrativo, e em (3) no que diz respeito ao pronome pessoal (que, de novo, se pressupõe estar a ser usado «demonstrativamente» em vez de ocorrer num discurso onde tenha interpretação anafórica). Fazendo ou não uso daquilo a que Kaplan chamou uma «demonstração» (um gesto ostensivo de auxílio à identificação do referente pretendido), parece claro que em casos de (elocuições de) frases com demonstrativos ou em que se verifiquem usos demonstrativos de pronomes pessoais, o conteúdo referencial desses itens e, logo, o conteúdo proposicional *literal* das frases correspondentes é determinado após a intervenção de uma inferência de carácter pragmático – uma inferência, em alguma medida, afim daquelas que a tradição griceana tem identificado com as implicaturas conversacionais.

Do mesmo modo, como faz notar Recanati (cf. por exemplo Recanati (2004)), aquilo que determina o referente de SNs onde ocorram construções «genitivas» (em Português, com a preposição «de»), como «o livro do João», são as intenções comunicativas do locutor, em particular o tipo de relação que ele pretende exprimir, por meio da preposição, entre um certo livro e o João. Ele pode pretender referir-se ao livro que o João escreveu, que o João comprou, de que o João disse cobras e lagartos no jantar do dia anterior, de que o João não prescinde em viagem, que expõe toda a vida privada do João, ou outras relações concebíveis, mais ou menos exóticas, exprimíveis por «de» e igualmente dependentes do contexto de asserção em que o SN (e, em particular, a preposição) está a ser usado. Sem a identificação das intenções comunicativas do locutor, não é determinável, ou sequer previsível, qual a relação que ele está a pretender estabelecer, em cada ocasião de elocução, entre o quadro e o João (e que justifica, pela identificação de apenas um livro relevante, o uso da descrição definida singular). Não é, assim, determinável, ou sequer previsível, qual o conteúdo proposi-

cional literal que qualquer frase contendo a construção «genitiva» pode vir a adquirir em cada uma dessas ocasiões⁴.

Quantificadores ou locuções quantificacionais prestam-se ao mesmo tipo de considerações. Com efeito, é um dado adquirido para a maior parte dos semanticistas que o domínio de quantificação de «todos», numa frase como (4)

(4) Todos foram a Londres.

depende das intenções comunicativas do locutor da frase. Desse modo, a proposição que ele está a pretender exprimir será correctamente identificada apenas por uma audiência que, para além de semanticamente competente em Português, seja capaz de identificar o domínio de quantificação ao qual o locutor está a pretender associar o seu quantificador universal: o conjunto de todos os seres do universo (pouco provável), o conjunto dos jogadores de futebol do Sporting, o conjunto dos colegas de escritório, o conjunto dos colegas de escritório que foram ao aniversário da Ana, etc. Em cada um destes casos, as condições de verdade da frase em que o quantificador ocorrer serão determinadas pelo domínio de quantificação escolhido: se eu estiver a referir-me, por meio de (4), ao conjunto dos meus colegas de escritório que estiveram no aniversário da Ana, então é irrelevante – para o valor de verdade e, logo, para as suas condições de verdade da frase – se os jogadores do Sporting, ou os meus colegas que não estiveram no aniversário da Ana, foram a Londres.

As condicionais «se...então» (tradicionalmente, as contrafactuais, mas argumentavelmente todas) são também fortemente dependentes do contexto, no que diz respeito à determinação do seu conteúdo literal. Imagine-se que eu profiro

(4) Se o João fez anos na quarta, a Ana fez na quinta.

Normalmente, eu estarei apenas a exprimir uma conexão entre antecedente e consequente que tem em conta o facto de que João e Ana fazem (por acaso) anos em dias consecutivos. Posso, no entanto, em contextos de elocução menos frequentes (mas possíveis), estar a exprimir uma conexão mais forte, de tipo causal, segundo a qual alguém tomou as providências clínicas necessárias para que os nascimentos do João e da Ana tenham ocorrido em dias consecutivos, de modo que não apenas fazem, por acaso, anos em dias consecutivos, mas não poderiam deixar de o fazer. Qual destas duas proposições (a mais fraca ou a mais forte, previsivelmente analisável em termos modais) está a ser expressa por um dado locutor num dado contexto de elocução específico? A resposta depende, evidentemente, não só do conteúdo semântico da condicional, composicionalmente obtido a partir da semântica de antecedente, consequente e conector condicional, mas do tipo de conexão que se pretende estabelecer

⁴ Estou a presumir que o referente do nome próprio foi entretanto identificado. Alguns autores, como Searle, Carston e Recanati advogam que o comportamento dos nomes próprios os faz merecer ser incluídos numa categoria lata de deíticos.

entre antecedente e conseqüente (e, em particular, da informação contextual, não expressa linguisticamente, que está a ser tomada como relevante para a compreensão da antecedente – cf. Lycan (2001) sobre este tópico)⁵.

Vale a pena chamar a atenção do leitor mais céptico, a quem este exemplo possa soar demasiado rebuscado, para que o fenómeno se verifica na esmagadora maioria das condicionais. Eis dois exemplos provavelmente mais corriqueiros. Suponhamos que eu sei que não há ninguém na cozinha neste momento. Vejo então uma pessoa a entrar lá para dentro. Não consigo perceber quem seja, porque está escuro, mas tenho a certeza de que é exactamente uma pessoa, não mais. Por outras palavras, eu disponho de dados suficientes para considerar como verdadeira a condicional

(5) Se a Ana está na cozinha, então o Jorge não está.

Aquilo que eu pareço estar a afirmar (literalmente) por meio dela é a conexão entre as situações ou estados de coisas⁶ (hipotéticas) em que a Ana esteja na cozinha e as situações em que o Jorge não esteja na cozinha. A minha condicional parece estar a afirmar, inocuamente, que todas as situações ou estados de coisas do primeiro tipo *em que esteja apenas uma pessoa na cozinha* são também situações ou estados de coisas do segundo tipo (uma afirmação bastante trivial). Vejamos agora outro contexto de elocução em que a mesma condicional pode ser asserida. Suponhamos que eu sei que a Ana e o Jorge não se falam, estando de relações cortadas há muitos anos. E suponhamos, de novo, que eu vi alguém, que não reconheci, a entrar para a cozinha. Não estou certo de que tivesse sido apenas uma pessoa, mas do que estou certo é que não podem ter sido *a Ana e o Jorge*, dado o seu mau relacionamento. Estou, assim, em condições de asserir veridicamente (5). Mas é bastante evidente que aquilo que a minha condicional está agora a afirmar literalmente não consiste exactamente na expressão da mesma relação entre conjuntos de situações ou estados de coisas que anteriormente. O que eu pareço estar agora a afirmar por meio da asserção da minha condicional é que todas as situações em que a Ana esteja na cozinha neste momento *e esteja de relações cortadas com o Jorge* são também situações em que o Jorge não está na cozinha neste momento. Em qualquer um destes contextos, não parece haver qualquer conteúdo de significado mais básico expresso pela condicional; em cada um deles, as proposições veiculadas não são obtidas por qualquer processo inferencial do género daqueles que Grice baptizou de «implicaturas conversacionais». Se isso fosse verdade, esse processo inferencial poderia em princípio ser acessível aos falantes, mesmo que apenas retrospectivamente. Mas isso não parece verificar-se⁷. Por outras palavras, os dois diferentes conteúdos

⁵ É interessante notar que o fenómeno se verifica tanto para contrafactuais como para «indicativas», ao contrário do que muitos autores presumem. Neste artigo não terei oportunidade de desenvolver este tópico.

⁶ Não vou aqui entrar na discussão técnica acerca da categoria conceptual mais indicada. Na literatura sobre condicionais tem-se optado por situações, estados de coisas, mundos possíveis e estados de crença, entre outros. Em Lycan (2002), a questão é confortavelmente arrumada sob a capa do termo algo equívoco «event». Adoptarei aqui uma atitude semelhante, salvaguardado, porém, na falta de espaço. Referir-me-ei, mais ou menos descomprometidamente, a “situações” ou a “estados de coisas”.

⁷ O próprio Grice defendeu uma posição diferente acerca deste mesmo assunto, oferecendo a sua teoria da

proposicionais descritos são argumentavelmente conteúdos proposicionais literalmente expressos por (5).

Outro exemplo do mesmo género é o seguinte. Suponha-se que, na noite das últimas presidenciais, eu vejo na televisão o discurso de derrota de Mário Soares. Estive todo o dia fora, e nem eu nem ninguém ao pé de mim está informado do resultado final. Estou, num contexto deste género, perfeitamente legitimado em proferir a condicional

(6) Se o Cavaco não ganhou, ganhou o Alegre.

no pressuposto, perfeitamente razoável, de que, para além de Cavaco, Alegre e Soares, mais nenhum candidato poderia realisticamente ter sido o vencedor. Mas poderíamos imaginar outro contexto. Suponhamos que eu, ignorando a existência do discurso de derrota de Soares, estava no entanto de posse de informações fidedignas que me asseguravam que Soares ficou em terceiro, sendo o vencedor um dos outros dois. Num tal contexto, parece evidente que a minha condicional seria verdadeira, mas por razões diferentes: sê-lo-ia agora por exprimir uma certa correlação entre as probabilidades de cada um dos três candidatos ser eleito. De novo, esta diferença parece ter a ver com o que a condicional diz *literalmente* em cada um dos contextos considerados. De novo, não parece ter a ver com qualquer conteúdo proposicional derivado, ou implicado, a partir de outro, mais básico. Por outras palavras, as duas proposições literalmente expressas pela condicional nos dois contextos parecem ser parcialmente determinadas por factores pragmáticos – por muito que a concomitância de conteúdo literal e factores pragmáticos possa parecer escandalosa a um semanticista que preze a modularidade do processamento semântico⁸).

3. O «Círculo de Grice»

À primeira vista, poderia parecer que as intuições acabadas de descrever acerca de (1)-(6) são triviais. Não é demais enfatizar, porém, que a descrição que delas foi feita contradiz a concepção tradicional do que é um mecanismo pragmático de derivação /ou interpretação) de significado. Vejamos mais em pormenor de que maneira.

Um aspecto central do conceito de implicatura conversacional, como foi feito notar acima, consiste em que o mecanismo inferencial típico das implicaturas se exerce sobre, ou toma como *input*, conteúdos proposicionais literalmente expressos por frases asseridas em determinados contextos conversacionais. Por outro lado, segundo a concepção griceana, os mecanismos inferenciais de carácter pragmático – i.e. mecanis-

implicatura conversacional para tratar intuições acerca de condicionais do género das que acabo de descrever como decorrentes desse tipo de implicaturas. Mas a sua análise, embora conceptualmente elegante (e talvez por isso muito popular entre os filósofos da linguagem) dificilmente se pode considerar empiricamente adequada – justamente porque não parece condizer com as intuições dos falantes acerca do modo como a interpretação das condicionais se efectua nesses casos.

⁸ Em Borg (2004), por exemplo, a questão da modularidade é justamente invocada como argumento contra as intuições «contextualistas» que tenho vindo a expor.

mos que desencadeiam deduções baseadas em informação contextual acerca das intenções comunicativas dos falantes – constituem-se tipicamente como implicaturas conversacionais⁹. A conclusão que, silogisticamente, é possível extrair daqui é claramente esta: a de que um mecanismo inferencial de carácter pragmático toma como *input* conteúdos proposicionais literalmente expressos, e (subentende-se) previamente tornados disponíveis pela componente semântica. Segundo esta perspectiva, o modo como foram descritas as intuições acerca das condições de verdade literais das frases exemplificadas acima é incorrecto. De facto, sendo resultado da acção de mecanismos pragmáticos, as componentes do significado que elas identificam não podem dizer respeito ao conteúdo proposicional *literal*. Têm, antes, de ser identificadas com implicaturas conversacionais derivadas de outros conteúdos de significado – esses genuinamente literais – em ocasiões concretas de elocução das referidas frases (aquelas descritas na secção anterior ou quaisquer outras).

Por outro lado, se – contra a concepção griceana – quisermos manter a ideia de que a minha descrição dos exemplos (1)-(6) é correcta, e de que eles ilustram a presença, nas línguas naturais, de mecanismos pragmáticos de determinação do conteúdo proposicional literal de pelos menos alguns tipos de frases, então incorremos num círculo vicioso – também conhecido, desde Levinson (1988), como «o círculo de Grice»¹⁰. De facto, se existem mecanismos de inferência pragmática que determinam em pelo menos alguns casos o conteúdo proposicional literal das frases das línguas naturais e se (como prevê a concepção griceana) qualquer mecanismo inferencial de carácter pragmático que determine significados proposicionais se identifica com o cálculo de uma implicatura conversacional, então nos exemplos apontados teremos um tipo particularmente exótico (para ser benevolente) de conteúdos de significado: conteúdos proposicionais literais derivados por implicatura conversacional. O mecanismo pragmático da implicatura conversacional estaria presente não apenas numa fase posterior da computação do significado, mas, desde logo, na determinação da proposição que a frase literalmente exprime. A relação entre conteúdo literal e conteúdo implicado conversacionalmente seria então representável não por uma linha recta, mas por um círculo – esvaziando de sentido a própria distinção entre os dois tipos de conteúdo.

Por outras palavras, se aceitarmos a concepção griceana, a descrição oferecida acima para o comportamento dos exemplos (1)-(6) é não só tendenciosa, como também errada. Estamos, então, postos perante o seguinte dilema: ou recusamos a concepção griceana da relação entre conteúdos literais e mecanismos pragmáticos (admitindo que alguns conteúdos literais possam apelar para inferências de carácter pragmático, que não propriamente implicaturas conversacionais); ou recusamos, contra as intuições descritas atrás acerca de casos como (1)-(6), que, mesmo para os casos de demonstrativos e quantificadores (e condicionais), possam intervir, na determinação do conteúdo verofuncional literal, mecanismos de carácter pragmático.

⁹ Segundo a distinção de Grice, cujos traços gerais perduraram até hoje, as implicaturas *convencionais* não apelam para este tipo de inferência, uma vez que decorrem directamente do significado lexical das expressões que desencadeiam essas implicaturas.

¹⁰ Cf. Levinson (1988), 17-18, Levinson (2000), 186-7 e Carston (2002), 98-9.

4. Uma possível estratégia de solução

Seria possível defender, no entanto, uma via intermédia que concilia, em alguma medida, as duas posições aparentemente inconciliáveis descritas na secção 3. Essa possibilidade, explorada por alguns autores¹¹, assenta na dicotomia, proposta inicialmente por entre *contexto estrito* e *contexto lato*. Estes autores defendem (dando voz a uma assunção muito popular entre semanticistas e filósofos da linguagem mas raramente explicitada por eles) que intuições como as mencionadas acerca do significado contextual de frases como as discutidas acima podem ser correctamente descritas como semânticas, apesar do seu carácter fortemente contextual. Qual é, então, a diferença proposta entre contextos estritos e latos?

O *contexto estrito* diz respeito a factores contextuais relevantes para a descodificação do significado vericondicional literal de uma frase, sendo identificado por um conjunto relativamente fixo de parâmetros contextuais – como o locutor, o alocutário, o local e o tempo de elocução, etc.. Esses parâmetros determinam a identificação de componentes de significado de uma frase *f* mediante a presença de uma pista sintáctica presente em *f* – que pode corresponder a material lexicalmente realizado na frase (o caso dos demonstrativos), ou a elementos associados, na forma lógica da frase, a material lexicalmente realizado (o caso dos quantificadores ou das condicionais, como se verá mais à frente).

O *contexto lato*, por outro lado é o contexto situacional de uma elocução, tomado genericamente, consistindo em informação partilhada pelos participantes de uma situação comunicativa (entre outros, isto incluirá, tipicamente, um conjunto de pressupostos acerca das crenças comuns, conhecimento partilhado acerca de contribuições conversacionais anteriores, conhecimento do mundo, etc.). Essa informação poderá ser usada para sustentar certas inferências relativas ao acto de fala produzido em cada elocução de uma dada frase (por exemplo, para sustentar, por parte do locutor, certas implicaturas conversacionais e, por parte do alocutário, a sua correcta detecção).

Como pode a distinção acabada de estabelecer favorecer a atribuição do estatuto de semântico ao comportamento deíctico de demonstrativos, quantificadores e condicionais? Vejamos cada um desses casos:

- 1) Em cada construção nominal de carácter demonstrativo (um pronome ou um SN complexo contendo um demonstrativo), a presença do item demonstrativo desencadeia a activação de um parâmetro contextual com o objectivo de identificar o referente dessa construção nominal. Em casos como (1), esse parâmetro é algo como *a pessoa do sexo feminino que corresponde à intenção referencial do locutor*. A ele poderão corresponder, dependendo do contexto de elocução, muitos referentes; mas a própria possibilidade de activar esse parâmetro é dada pela presença, na frase, do elemento demonstrativo. O material linguístico disponibilizado pela frase restringe fortemente as opções interpretativas do

¹¹ Cf., por exemplo, K. Bach (2001) "You Don't Say?", in *Synthese* 128, 15-44.

alocutário. Pelo critério acima, trata-se portanto de um mecanismo de determinação referencial que merece o epíteto de *semântico*.

2) Num caso como (4), em que se verifica a presença de um quantificador universal, há bons argumentos a favor da ideia de que a esse quantificador está associada, em Forma Lógica, uma variável que ganha valores no conjunto dos domínios de quantificação semanticamente aceitáveis, dado o contexto frásico em causa¹². Para cada elocução de uma frase contendo «todos», o domínio de quantificação relevante depende, como vimos, de características específicas do contexto de elocução: num contexto eu posso estar a quantificar sobre o conjunto dos jogadores do Sporting, ao passo que noutra posso estar a quantificar sobre o conjunto dos meus colegas de escritório. Mas a escolha contextual de um domínio de quantificação é tornada possível pela presença, na frase, do quantificador; é, portanto, linguisticamente determinada. Pelo critério descrito acima trata-se, assim, de um mecanismo interpretativo de carácter *semântico* e não pragmático.

3) A análise descrita para quantificadores é, de modo bastante óbvio, aplicável às condicionais. A ideia é considerar «se» (ou os seus equivalentes noutras línguas) como quantificando (universalmente) sobre conjuntos de situações ou estados de coisas. Como «todos», «se» teria associada a si, em Forma Lógica, uma variável, a qual identificaria, em cada contexto C, um desses conjuntos de situações como aquele sobre que, em C, «se» quantificaria – i.e. como aquele que, em C, a antecedente se estaria a referir. Esta ideia foi proposta em Lycan (2002), na esteira do trabalho pioneiro de Lewis e Stalnaker¹³. Assim teríamos, em diferentes contextos de elocução, diferentes conjuntos de situações a serem quantificados universalmente e, portanto, diferentes proposições a serem expressas por uma mesma condicional¹⁴. Nesta análise, a variação nos conjuntos de situações relevantes é desencadeada pela construção condicional, correspondendo a uma variável oculta associada ao conector condicional. De novo, pelo critério descrito, isto identificá-la-ia como resultante da acção de um mecanismo *semântico*.

¹² Jason Stanley, principal proponente desta ideia, baseia-se sobretudo no argumento de que os casos de quantificação múltipla seriam ininterpretáveis se cada quantificador não estivesse associado à referida variável.

¹³ Evidentemente, a própria ideia de que as condicionais se deixam analisar como estruturas quantificacionais é canónica na literatura sobre o tema, filiando-se no trabalho pioneiro de D. Lewis (para as contrafactuais) e de R. Stalnaker (para as condicionais em geral).

¹⁴ Em casos como «de» a aplicação desta ideia seria, talvez, menos óbvia, mas não de todo disparatada: poder-se-ia dizer que, associada à proposição, está uma variável que selecciona valores num domínio de relações possíveis para os referentes dos termos conectados por ela (para o nome «livro» e um SN como «o João», as relações de posse, autoria, etc.) A identificação contextual da proposição literalmente expressa por uma frase contendo «de» seria então feita mediante a escolha de uma dessas relações como sendo a relevante no contexto.

5. Conclusão

Julgo que Recanati tem razão ao recusar a distinção contexto estrito/lato como proporcionando um critério fidedigno para distinguir, na classe dos conteúdos de significado derivados contextualmente, os semânticos dos pragmáticos¹⁵. Parece-me essencial, a este respeito, salientar que, primariamente, a noção de significado pragmático é directamente herdeira da noção de *speaker's meaning* ou *significado do locutor*. Quando falamos de significado do locutor, ou de significado «intencionado» (perdoe-se-me o neologismo), falamos daquelas componentes do significado de um enunciado que decorrem das intenções comunicativas do locutor e que são acessíveis ao alocutário apenas mediante um processo inferencial baseado em parâmetros extra-linguísticos como, por exemplo o da relevância¹⁶. Se, como parece razoável, esta noção é definitiva da categoria de *significado pragmático*, então parece que teremos de classificar como *pragmáticas* todas as componentes do significado de uma frase que convoquem algum tipo de intenções comunicativas do locutor não inteiramente determinadas pelo significado literal das expressões e que apelem para inferências do tipo mencionado. Com a categoria de *significado semântico* identificaremos, pelo contrário, aquelas componentes do significado acessíveis aos alocutários apenas em função da sua competência de falante, e intencionadas como tal pelo locutor ao fazer uso delas – competência respeitante aos significados dos lexemas contidos numa dada frase e respeitante ao modo como eles se combinam para gerar o significado da própria frase (isto independentemente do modo, mais ou menos estrito, como encarmos a relação entre o significado linguístico e a *composicionalidade*).

Por outras palavras, se (como parece razoável) a fronteira semântica/pragmática for traçada segundo o tipo de competência que convoca, então ela tem de ser traçada de modo a confirmar a descrição dos casos (1)-(6) que foi feita na secção 2. A fronteira distinguirá, nesse caso, a competência puramente linguística que permite atribuir significados às palavras e às suas combinações em sintagmas e frases daquele outro tipo de competência que permite executar inferências que exprimem (por parte do locutor) ou identificam (por parte do alocutário) certas intenções comunicativas. Se a fronteira for traçada desse modo, é inevitável concluir que mecanismos de atribuição de conteúdos de significado como os discutidos atrás – o da atribuição de referentes a demonstrativos, o da identificação de domínios de quantificação e o do estabelecimento do conjunto de situações ou estados de coisas a que a antecedente de uma condicional se refere – são *pragmáticos* de pleno direito¹⁷.

¹⁵ Cf. Recanati (2004), 56-8.

¹⁶ Recentemente, esta mesma ideia foi desenvolvida por Robyn Carston em Carston (2002), na esteira da proposta de Sperber e Wilson feita no seu famoso *Relevance*, de 1986.

¹⁷ Vale a pena fazer notar que esta hipótese acerca da fronteira semântica-pragmática lida satisfatoriamente com aqueles fenómenos que, tipicamente, são descritos como híbridos (parcialmente semânticos, parcialmente pragmáticos), como a pressuposição e a resolução de anáforas, por exemplo (estou a referir-me à equivocadamente designada «pressuposição semântica», observável no comportamento de, entre outros, artigos definidos e verbos factivos). Com efeito, se estabelecermos essa fronteira com base no conceito de *significado do falante*, então a hibrididade desses fenómenos ser-nos-á dada de graça, uma vez que eles estão associados a mecanismos de geração de significados em que o significado literal das expressões, por um lado, e o significado do falante, por outro, intervêm em paridade.

A presente discussão tem ramificações numerosas e diversas; a descrição dessas ramificações, mesmo que superficial, não caberia num artigo desta natureza. Fica por discutir, entre outros aspectos, a questão das consequências da tese heterodoxa aqui apresentada para as relações entre semântica pragmática (consideradas como disciplinas autónomas mas fronteiriças), e em particular para a crença, bastante popular entre semanticistas e pragmaticistas, da existência de uma relação modular entre ambas as componentes da computação do significado linguístico. Ficam também por esclarecer os critérios de diferenciação dos conteúdos literais em relação aos implícitos. São as intuições dos falantes suficientemente fidedignas para identificar os contextos em que uma componente do significado contextual de um enunciado é inferida, por recurso às máximas conversacionais, de um significado proposicional mais básico? A resposta a esta pergunta não é trivial. Fica também por abordar a questão de saber se os exemplos discutidos acima são excepcionais ou são, pelo contrário, representativos do comportamento de um grande número de outras construções (ou mesmo de todas, como defendem «contextualistas» radicais como Searle ou Charles Travis). Que esta seja uma empresa ainda por concretizar, parece óbvio a partir de uma inspecção da literatura relevante, em semântica, em pragmática ou em filosofia da linguagem. Que ela seja também um projecto essencialmente empírico, e assim eminentemente uma tarefa para a semântica e a pragmática linguísticas, é também bastante óbvio – por muito que a literatura recente nessas áreas não faça inteira justiça a este facto.

Referências

- Borg, Emma (2004) *Minimal Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- Cappelen, Herman. & Lepore Ernest (2005) *Insensitive Semantics*. Oxford: Blackwell.
- Carston, Robyn (2002) *Thoughts and Utterances*. Oxford: Blackwell.
- Levinson, S. (1988) *Generalized Semantic Implicatures and the Semantics/Pragmatics Interface*. Ms. University of Cambridge.
- (2000) *Presumptive Meanings*. Cambridge, MA: MIT press.
- Lycan, W. (2001) *Real Conditionals*. Oxford; Clarendon Press.
- Recanati, François (2002). “Unarticulated Constituents”. *Linguistics and Philosophy* 25, 299-345.
- (2004) *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.